



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1007985-95.2016.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
 Requerente: **Marcio Ivam da Matta Oliveira**
 Requerido: **Mondelez Brasil Ltda. e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de ação em que o autor almeja ao recebimento de indenização por danos morais em razão de ter adquirido no supermercado corréu um bombom “sonho de valsa” fabricado pela ré e que estava contaminado por larvas de insetos.

O autor acrescentou que chegou a morder o


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

bombom constatando a presença da larva e em seguida manipulou com as mãos o alimento e notou ainda a presença de outras duas larvas.

A preliminar suscitada em contestação pela ré Mondelèz não merece acolhimento.

Isso porque mesmo que se reconheça que a realização de perícia contribuiria para o desfecho do processo tal diligência não é imprescindível a tanto.

As fotografias de fls. 17/20 denotam satisfatoriamente que o produto aqui versado se apresentava com a presença das larvas

É o que basta para viabilizar a apreciação do pleito apresentado, desnecessária a efetivação de perícia.

Rejeito, pois, a prejudicial arguida.

A preliminar arguida pelo segundo réu em contestação também não merece acolhimento.

Com efeito, a sua responsabilidade deriva da solidariedade prevista no parágrafo único do art. 7º Código de Defesa do Consumidor entre todos os participantes da cadeia de prestação de serviços.

Discorrendo sobre o assunto, leciona **DANIEL AMORIM ASSUMPÇÃO NEVES**:

“Esse dispositivo constitui a regra geral de responsabilidade solidária entre todos os fornecedores que participaram da cadeia de fornecimento do serviço ou produto perante o consumidor. A regra justifica-se pela responsabilidade objetiva adotada pelo Código de Defesa do Consumidor, que dispensa a culpa como elemento da responsabilidade dos fornecedores. Dessa maneira, independentemente de a culpa não ser do fornecedor demandado, ou não ser de todos os fornecedores demandados, haverá a condenação de quem estiver no pólo passivo a indenizar o consumidor; assim, é inviável imaginar, em uma situação tratada à luz do dispositivo legal comentado, uma sentença terminativa por ilegitimidade de parte se for comprovado que a culpa não foi daquele fornecedor demandado. Em razão da solidariedade entre todos os fornecedores e de sua responsabilidade objetiva, o consumidor poderá optar contra quem pretende litigar. Poderá propor a demanda a buscar o ressarcimento de seu dano somente contra um dos fornecedores, alguns, ou todos eles. A doutrina que já enfrentou o tema aponta acertadamente para a hipótese de litisconsórcio facultativo, considerando ser a vontade do consumidor que definirá a formação ou não da pluralidade de sujeitos no pólo passivo e mesmo, quando se formar o litisconsórcio, qual a extensão subjetiva da pluralidade. Nesse caso,


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

portanto, de responsabilidade solidária e objetiva dos fornecedores, não será aplicável o instituto do litisconsórcio alternativo, pois, ainda que exista uma dúvida fundada por parte do consumidor sobre quem foi o causador direto de seu dano, a legislação consumerista, expressamente, atribui a responsabilidade a qualquer dos fornecedores que tenha participado da cadeia de produção do produto ou da prestação do serviço. Por ser inviável antever a ilegitimidade de qualquer deles, ainda que nenhuma culpa tenha no evento danoso, pouco importa, para os fins do processo, a individualização do fornecedor que tenha sido o responsável direto pelo dano, de modo que é inviável, nesse caso, falar em litisconsórcio alternativo” (“Litisconsórcio alternativo e o código de defesa do consumidor”, in “Aspectos processuais do código de defesa do consumidor”, orientação de Tereza Arruda Alvim Wambier, coordenação de Fabiano Carvalho e Rodrigo Barioni, São Paulo: Revista dos Tribunais, 2008, v. 1, cap. 4, ps. 45-54, particularmente ps. 47-48).

É óbvio, ademais, como decorrência da solidariedade, que poderá o réu acionar regressivamente quem repute de direito para a reparação do que porventura despende, visando à recomposição do *status quo ante* (nesse sentido: **ZELMO DENARI** in “Código Brasileiro de Defesa do Consumidor Comentado pelos Autores do Anteprojeto”, Ed. Forense, 10ª edição, págs. 222/223), de sorte que não se cogita da aplicação do art. 14, § 3º, inc. II, do mesmo diploma legal.

Rejeito também a prejudicial, pois.

No mérito, as já aludidas fotografias de fls. 17/20 não foram impugnadas de forma concreta pela ré, transparecendo como suficientes para firmar a convicção de que o produto aqui versado estava inadequado ao uso.

Todavia, entendo que a pretensão deduzida não prospera.

Esse constitui tema que está em voga em inúmeros processos que tramitam nas mais diferentes instâncias do Poder Judiciário.

Não seria demais afirmar que nos dias de hoje há incontáveis situações que dão margem a solicitações dessa natureza, sendo muitas delas com absoluta pertinência e outras tantas claramente sem propósito algum a não ser o da busca de dinheiro fácil.

Outrossim, há por vezes grande dificuldade em definir se os danos morais estão ou não caracterizados, mesmo porque o grau de subjetividade quanto ao tema é imenso.

Um fato, assim, pode gerar consequências sérias para uma pessoa e não ter repercussão alguma para outra.

Portanto, não se pode de um lado emprestar


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

credibilidade plena a toda alegação de dano moral em função da reação de quem o invoca ou, de outro, ignorá-la sempre, havendo necessidade de estabelecer algum parâmetro objetivo que possa nortear a solução de cada caso.

O desafio reside precisamente aí.

Não há dúvidas de que a situação por que passou o autor foi desagradável, geradora de incômodos e até repugnância.

Ninguém se veria satisfeito se estivesse em seu lugar.

No entanto, não considero que o quadro delineado tenha causado danos morais passíveis de reparação.

Isso porque a vida em sociedade nos dias de hoje é permeada de transtornos e frustrações, muitas vezes causadas por condutas inadequadas de terceiros.

Entretanto, somente aquelas extraordinárias, realmente graves e que rendam ensejo a sofrimento profundo que provoque consistente abalo emocional podem dar causa à indenização por danos morais.

Na espécie, os aborrecimentos, a irritação e mesmo a frustração do autor podem até ter sucedido, mas não são suficientes para gerar o direito à indenização por danos morais porque estão muito mais próximos dos entevos que corriqueiramente acontecem.

Deles não advieram, ademais, quaisquer outras consequências concretas que fossem prejudiciais à autora.

Em hipóteses afins, a jurisprudência já se pronunciou afastando pleitos semelhantes;

“Ação de indenização. Compra de produto impróprio ao consumo. Responsabilidade do fornecedor pelo fato do produto. Art. 12 do Código do Consumidor. Interpretação normativa que não denota a consequência pretendida. Dano moral não caracterizado. O mero dissabor não pode ser alçado ao patamar de dano moral, mas somente aquela agressão que exacerba a naturalidade dos fatos da vida, causando fundadas aflições ou angústias no espírito de quem a ela se dirige. Indenização a qualquer título inexistente. Recurso improvido” (TJ-SP, Apelação nº 0021483-97.2010.8.26.0564, 32ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. RUY COPPOLA, j. 02/06/2011).

“Ação de reparação de danos - Aquisição de produto impróprio para o consumo - Ausência de sua ingestão pelo consumidor - Inexistência da relação de causalidade, diante da inocorrência de produção de resultado lesivo - Inocorrência de violação à imagem, honra ou intimidade Descabimento do dever de indenizar - Precedente do C. STJ - Ação que deve ser julgada


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

improcedente - Recurso provido” (TJ-SP, Apelação nº 994.08.120170-0, 6ª Câmara de Direito Privado, rel. Des. **SEBASTIÃO CARLOS GARCIA**, j. 12/08/2010).

“...Assim, sendo incontroverso no processo, que o autor adquiriu produto alimentício estragado, inegável reconhecer que a situação lhe gerou transtornos. Não obstante, entendo que os fatos narrados pelo apelante não levam à conclusão de que ele foi vítima de danos morais. Para a caracterização do dano moral é indispensável a ocorrência de ofensa a algum dos direitos da personalidade do indivíduo. Esses direitos são aqueles inerentes à pessoa humana e caracterizam-se por serem intransmissíveis, irrenunciáveis e não sofrerem limitação voluntária, salvo restritas exceções legais (art. 11, CC/2002). A título de exemplificação, são direitos da personalidade aqueles referentes à imagem, ao nome, à honra, à integridade física e psicológica. Ademais, é indispensável que o ato apontado como ofensivo seja suficiente para, hipoteticamente, adentrar na esfera jurídica do homem médio e causar-lhe prejuízo extrapatrimonial. De modo algum pode o julgador ter como referência, para averiguação da ocorrência de dano moral, a pessoa extremamente melindrosa ou aquela de constituição psíquica extremamente tolerante ou insensível. In casu, os transtornos enfrentados pelo autor com o ocorrido, embora tenham lhe causado aborrecimentos, de maneira alguma alcançaram proporção que atinja a sua esfera íntima, de modo a violar seus direitos da personalidade. Destarte, não há se falar em ocorrência de danos morais, sendo perfeitamente assimiláveis pelo apelante as consequências do ato praticado pelos apelados” (TJ-SP, 35ª Câmara de Direito Privado, Apel. Nº 0021565-34.2009.8.26.0348, rel. Des. **MENDES GOMES**, j. 21.11.11).

“Agravado regimental. Recurso especial não admitido. Dano moral não caracterizado. Aquisição de produto danificado. 1. A indenização por dano moral objetiva atenuar o sofrimento, físico ou psicológico, decorrente do ato danoso, que atinge aspectos íntimos e sociais da personalidade humana. Na presente hipótese, a simples aquisição do produto danificado, uma garrafa de refrigerante contendo um objeto estranho no seu interior, sem que se tenha ingerido o seu conteúdo não revela, a meu ver, o sofrimento descrito pelos recorrentes como capaz de ensejar indenização por danos morais...” (STJ 3ª Turma AGA 276671/SP Rel. Min. **CARLOS ALBERTO MENEZES DIREITO** j. 04/04/2000, DJ 08/05/2000, p. 94).

Tal orientação amolda-se com justeza ao presente feito.

Por esse motivo, não vislumbrando que em decorrência dos fatos em pauta o autor tivesse sofrido danos morais que propiciassem o



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

recebimento de indenização, a improcedência da ação no particular é medida que se impõe.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

P.R.I.

São Carlos, 11 de agosto de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**